



Ministério da Educação

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

PROCESSO Nº 23000.010852/2023-13

**1. DAS INFORMAÇÕES BÁSICAS**

1.1. O presente estudo aborda sobre a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de tradução-interpretação da Língua Portuguesa para Língua Brasileira de Sinais (Libras) e vice-versa, de forma simultânea ou consecutiva, em formato escrito, filmado ou oralizado, e destina-se à garantia de acessibilidade e condições de trabalho aos servidores surdos que atuam neste Ministério, de modo a mediar e promover a comunicação e a informação em atividades de interesse do Ministério da Educação.

**2. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. A necessidade identificada é a de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Tradutores e Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa e de Guia Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa, visando atender a equipe da Diretoria de Políticas de Educação Bilingue de Surdos — DIPEBS da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão — SECADI, do Ministério da Educação, em território nacional a serviço, quando necessário, bem como em atendimento ao Gabinete do Secretário e às demais áreas do Ministério, inclusive aos acessos dos edifício-sede e anexos do Ministério, quando solicitado pelas recepcionistas, para garantir as condições de acessibilidade às pessoas surdas que procurarem ou mantiverem contato com o órgão.

2.2. Atualmente, neste Ministério, especificamente na Diretoria de Políticas de Educação Bilingue de Surdos — DIPEBS, ocupam cargo de direção e coordenação-geral, 3 (três) profissionais surdos e, para garantir um direito humano fundamental à comunicação, faz-se necessária a contratação de 10 (dez) profissionais Tradutores/Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais — Libras para viabilizar a autonomia dos gestores surdos nas articulações setoriais e intersetoriais, na comunicação à frente da equipe da DIPEBS e no atendimento ao público de forma eficiente e eficaz.

2.3. A atuação de tradutores/intérpretes de Libras/Português promove a acessibilidade linguística em ações realizadas pelo Ministério da Educação — MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI) e da Diretoria de Políticas de Educação Bilingue de Surdos (DIPEBS), tais como: cursos de formação, eventos, reuniões, audiências públicas, seminários, conferências, *workshops*, cursos, palestras, discursos, programas, filmagem de materiais didáticos digitais em Libras, gravação de vídeos para Libras, bem como outras atividades e projetos institucionais, quando solicitados, prioritariamente, para atender aos profissionais surdos supracitados e para atender a esta Diretoria.

2.4. Cabe salientar que esta contratação é inédita no Ministério da Educação e configura-se como uma ação na luta pela equidade linguística. O planejamento estratégico do MEC tem como um dos objetivos, realizar ações e programas visando o desenvolvimento, valorização e engajamento dos servidores em exercício no Ministério da Educação com alocação adequada da força de trabalho, melhoria dos serviços prestados e busca da excelência na gestão pública.

2.5. Frisa-se que o Ministério da Educação não dispõe em seu quadro de pessoal efetivo de profissionais aptos a realizar as tarefas pertinentes às funções de tradução e interpretação de Libras, o que motiva a contratação em questão de forma imediata.

2.6. A referida contratação deverá ser efetuada por meio de dedicação exclusiva de mão de obra, visto que há necessidade de acompanhamento diário contínuo por todo o período de presença do servidor no órgão e na execução de tarefas externamente, não se vislumbrando viabilidade de prestação de serviço por horista ou por demanda, dado que a necessidade é permanente para execução das atividades rotineiras do servidor.

2.7. Convém mencionar que no Contrato de Eventos nº 29/2022, constante dos autos do processo SEI nº 23123.003364/2021-93, vigente no Ministério da Educação at o serviço de Intérprete de Libras oferecido é executado, apenas, sob demanda, contabilizado em horas, executado em ocasiões eventuais de solenidades oficiais, e, desse modo, não sendo uma atividade contínua e, por essa razão, não consegue atender as demandas cotidianas do órgão, dentre elas, de uma comunicação eficiente e de qualidade entre os agentes públicos e a acessibilidade linguística.

2.8. Ademais, a necessidade do presente serviço está em consonância com as previsões legais, a saber: Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio legal de comunicação e expressão; Decreto nº 5.626/2005 que regulamenta a lei citada; a Lei nº 10.098/2000, que estabelece critérios para promoção de acessibilidade da pessoa com deficiência; a Lei nº 12.319/2010, que regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras); e a Lei nº 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e dispõe sobre a quebra da barreira, entendida como:

"qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança".

2.9. A referida Lei nº 13.146/2015 ressalta, também, que pessoas com deficiência têm direitos assegurados de livre acesso e disponibilidade de ajuda técnica nos órgãos públicos ou privados, para "sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas".

2.10. É oportuno salientar que na atuação profissional dos tradutores/intérpretes de Libras/português existe a necessidade, conforme a Lei nº 12.319/2010, de revezamento durante o ato tradutório/interpretativo, sendo extenuante para este profissional atuar sozinho, uma vez que este ato envolve duas línguas de estruturas linguísticas distintas e modalidades diferentes, ou seja, língua oral-auditiva para língua visual-espacial ou vice-versa o que requer intenso esforço físico das mãos, pulsos, cotovelos, ombro, pescoço e da memória.

2.11. Sabe-se que a exaustão física/cognitiva causa inadequação nas escolhas lexicais, no fluxo tradutório/interpretativo, pois afeta a qualidade da mensagem transmitida, podendo prejudicar a informação que será produzida e recebida pelos servidores surdos do Ministério da Educação.

"Essa troca é fundamental para garantir permanentemente um nível elevado na qualidade da produção na língua-alvo (MARCER, KUNZIL E KORAC 1998 apud FEBRAPILS, 2017, p. 2)."

2.12. A Nota Técnica nº 02/2017, expedida pela Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS), aborda exatamente sobre a contratação dos serviços de intérpretes de Libras/Português e profissionais guia-intérpretes de Libras/Português.

"Entende-se que uma interpretação e/ou guia-intepretação em equipe ocorre quando dois ou mais intérpretes e/ou guias-intérpretes estão responsáveis pela atividade comunicativa entre pessoas que desconhecem uma das línguas. Os membros da equipe alternam-se nas funções durante o ato interpretativo, isto é, enquanto um está no turno da interpretação, o outro está na função de intérprete de apoio se mobilizando para oferecer suporte ao colega". (FEBRAPILS, 2017, p. 2).

2.13. O direito das pessoas surdas em ter um profissional de tradução/interpretação do par linguístico Libras-português é amplamente assegurado pela legislação brasileira (Lei nº 13.146/2015, Lei nº 12.319/2010), inclusive, pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005:

Art. 26. O Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, deverão garantir às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o seu efetivo e amplo atendimento, por meio do uso e da difusão da Libras e da tradução e da interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º Para garantir a difusão da Libras, as instituições de que trata o caput deverão dispor de, no mínimo, cinco por cento de servidores, funcionários ou empregados com capacitação básica em Libras. (BRASIL, 2005).

2.14. Assim, considerando a necessidade do cumprimento das leis supramencionadas, a inclusão de servidores surdos com a contratação de profissionais tradutores e intérpretes para a comunicação, expressão e interação de Libras para português e de português para Libras entre pessoas surdas e ouvintes e por tratar-se de serviços não afetos pelas atividades contempladas pelo quadro de pessoal deste Ministério, bem como pela relevância em seu próprio bojo, motiva-se a necessidade imediata da contratação pleiteada para a prestação dos serviços mencionados neste estudo. Até mesmo para atender a toda sociedade levando informação por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

2.15. Ressalta-se, por fim, que o serviço dessa contratação deverá ter natureza contínua no âmbito do MEC, pois o contrato necessita estender-se por mais de um exercício financeiro, a fim de garantir a continuidade de atividades essenciais e evitar contratações rotineiras e antieconômicas e, assim, atender demandas da sociedade.

### 3. DA ÁREA REQUISITANTE

3.1. Solicitação da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos - DIPEBS/SECADI/MEC, por meio do Documento de Formalização de Demanda - DFD (SEI 3946390).

### 4. DA DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Trata-se da contratação de empresa especializada com dedicação exclusiva de mão de obra em serviços de tradução-interpretação da Língua Portuguesa para Língua Brasileira de Sinais (Libras) e vice-versa, de forma simultânea ou consecutiva, em formato escrito, filmado ou oralizado, para atender às necessidades do Ministério da Educação/MEC, em Brasília/DF.

4.2. Para a prestação dos serviços no âmbito do Ministério da Educação será exigido profissional com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas (Libras e Língua Portuguesa), de maneira simultânea, intermitente e consecutiva; com formação exigida para o exercício legal da profissão, conforme decreto 5.626/2005, Art. 17 e Lei Nº 13.146/2015, § 2º, inciso II, mais tempo de experiência, devendo se enquadrar em um dos casos a seguir:

a) **Certificado de Curso Superior em Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras- Língua Portuguesa, realizado em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) e experiência comprovada de no mínimo 3 (três) anos como TILSP (Tradutor Intérprete de Libras/ Língua Portuguesa) no contexto educacional;**

b) **Certificado de Curso Superior em Pedagogia, Letras ou em áreas afins, realizado em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) com Certificado de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/ Língua Portuguesa/Libras- Nível Superior (PROLIBRAS- Exame vitalício nacional realizado pelo MEC) e experiência comprovada de, no mínimo 3 (três) anos, como TILSP (Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa) no contexto educacional;**

c) **Diplomado em outras áreas de conhecimento, desde que possua diploma de cursos de extensão, de formação continuada ou de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, e que tenha sido aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras – Língua Portuguesa e experiência comprovada de, no mínimo 3 (três) anos como TILSP (Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa) no contexto educacional;**

4.3. Das competências e atribuições do TILSP (Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa) e o caráter indispensável da formação em nível superior.

4.3.1. O profissional que exercerá a atividade na Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos — DIPEBS da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão — SECADI do Ministério da Educação irá realizar a interpretação na gestão pública acompanhando o Diretor e Coordenadores-Gerais, ambos surdos. Considerando a titulação acadêmica dos gestores mencionados, com a formação em nível de Doutorado, considerando também a complexidade dos assuntos relacionados a formulação das políticas públicas, é imprescindível que os profissionais tradutores e intérpretes de Libras-Português, com o perfil adequado para atuar nesse contexto, tenham a formação compatível com a profundidade esperada. Assim sendo, o profissional tradutor e intérprete (TILSP) deve **possuir formação em nível superior** e ter competência técnica para realizar a mediação linguística para além do nível coloquial. Esse profissional deve reunir as condições técnicas necessárias para o bom desempenho da profissão. Para a prestação dos serviços no âmbito do Ministério da Educação, o profissional deve ter competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas Libras - Língua Portuguesa, de maneira simultânea, intermitente e consecutiva. Acrescenta-se ainda à atuação dos profissionais, as seguintes atribuições:

4.3.2. Realizar a interpretação para os gestores da DIPEBS nas articulações intra e intersetoriais, intra e interministeriais; acompanhar o Diretor da DIPEBS, a Coordenadora-Geral de Atendimento Especializado e a Coordenadora-Geral Bilíngue na Educação Básica e Educação Superior, em atividades internas e externas; interpretar reuniões presenciais e virtuais; realizar a tradução de Libras para o Português; realizar a Tradução de Português para a Libras; efetuar a mediação de uma língua para outra na modalidade sinalizada ou oral; efetuar a Tradução para a Libras de vídeos institucionais produzidos em português; realizar a tradução para o português de vídeos institucionais produzidos em Libras; avaliar a

tradução em Libras de vídeos institucionais; produzir legendas e voz para vídeos institucionais em Libras; traduzir editais, documentos e informações que sejam necessárias publicar em Libras; realizar a interpretação em Libras-português em situações comunicativas diversas; colaborar com a organização e planejamento da equipe de intérpretes e guia-intérpretes em eventos da DIPEBS e da SECADI.

4.3.3. Vale salientar que no contexto da administração pública, as dimensões éticas do TILSP são maximizadas. Desse modo, o profissional deve zelar amplamente pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir e interpretar, pela postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar no exercício profissional. O tradutor, o intérprete e o guia-intérprete devem exercer a profissão com rigor técnico e zelar pelos valores éticos a ela inerentes, pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida, conforme orienta a Lei 14.703 de 25 de outubro de 2023.

4.3.4. Tendo em vista que os ocupantes dos cargos estratégicos da DIPEBS são surdos e que possuem diversas atribuições e demandas de representatividade em reuniões técnicas, articulações políticas, visitas técnicas, formulação e implementação de diversos programas, inclusive de formação continuada em parcerias com as Instituições de Federais de Ensino Superior – IFES e atividades inerentes a gestão, os profissionais TILSP, selecionados para esta finalidade, devem ser devidamente qualificados e com formação em **nível superior** a fim de garantir a qualidade da mediação entre pessoas surdas e não-surdas no acompanhamento dos gestores supracitados.

4.3.5. Ratifica-se, nesse sentido, dada a dinâmica específica das atividades a serem realizadas pelos profissionais no Ministério da Educação, o caráter indispensável da formação em nível superior dos profissionais objeto deste certame.

4.4. Dentre os conhecimentos especializados exigidos, há aqueles que envolvem, na maior parte dos casos, os operacionais, ou seja, conhecimentos necessários para o processo de tradução/interpretação, contemplando a:

- a) Subcompetência bilíngue: Conhecimentos predominantemente procedimentais necessários para a comunicação em duas línguas;
- b) Subcompetência extralinguística: Conhecimentos predominantemente declarativos, tanto implícitos como explícitos, sobre o mundo em geral e sobre áreas específicas;
- c) Subcompetência estratégica: Conhecimentos predominantemente procedimentais, que garantem a eficácia do processo tradutório e servem para resolver os problemas encontrados;
- d) Subcompetência instrumental: Conhecimentos predominantemente procedimentais relacionados ao uso de fontes de documentação e de informação e tecnologias de comunicação aplicadas à tradução como, por exemplo, dicionários de todos os tipos, enciclopédias, gramáticas, manuais de estilo, textos paralelos, corpora eletrônicos, buscadores, dentre outros;
- e) Subcompetência em conhecimentos sobre tradução/interpretação;
- f) Componentes psicofisiológicos: Diferentes tipos de componentes cognitivos e atitudinais e de mecanismos psicomotores.

4.5. Requisitos a serem atendidos pelos Guia Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa – TILSP-GTI:

4.6. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, comprovando por no mínimo 3 (três) anos, equivalentes ao da contratação.

4.6.1. Será aceito o somatório de atestados de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica;

4.6.2. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito da atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB;

4.6.3. A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços;

4.6.4. Os documentos apresentados por uma mesma licitante para fins de qualificação técnica poderão estar referidos a todos os seus estabelecimentos.

4.7. Dado que cada tipo de solenidade, viagem, evento e reunião oficial possui peculiaridades, características próprias e formas distintas, a empresa a ser contratada deverá ter capacidade de atender e administrar eventos simultâneos e em localidades distintas do território nacional, dispondo de mão-de-obra qualificada, técnica e operacional necessária para o desenvolvimento das atividades objeto da contratação.

4.8. Os serviços deverão ser executados de modo a zelar pela estabilidade da imagem da instituição e de modo a atrair positivamente a atenção do público.

4.9. As solenidades oficiais e viagens nacionais, a serem assistidas pela empresa contratada poderão ser de pequeno, médio ou grande porte, além daqueles de caráter excepcional, conforme demandado pela área requisitante. Nesse sentido, a empresa deverá sempre seguir as orientações e procedimentos da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos — DIPEBS da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão — SECADI e os normativos internos que regem o assunto em tela no âmbito do MEC.

4.10. O contratado deverá estar em situação trabalhista e tributária regular, estar devidamente registrado junto aos órgãos reguladores e fiscalizadores pertinentes, e contar com equipe de profissionais capacitados e qualificados para atender às demandas institucionais e oficiais.

4.11. O objeto da licitação dadas as suas características, enquadram-se no conceito de serviços comuns.

4.12. A presente contratação adotará como regime de execução o menor Preço Global.

4.13. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.14. Os serviços deverão ser prestados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Decreto nº 7.746 de 5 de junho de 2012, da Casa Civil, da Presidência na República, dentre eles utilizar, preferencialmente, mão de obra local, com intuito de gerar mais empregos na região e, no mais, no que couber.

4.15. A empresa deverá estabelecer ainda medidas de controle necessárias a prestação dos serviços, através de elaboração do Programa de

Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e outros documentos previstos na legislação trabalhista e previdenciária, como o Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO);

4.16. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.17. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas no Termo de Referência.

4.18. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.19. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas no Termo de Referência.

#### 5. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. O objeto ora a ser licitado é considerado serviço comum, na forma da legislação em vigor que trata do assunto ( art. 20º da Lei nº 14.133/2021 e art. 2º do Decreto nº 10.818/2021).

5.2. Há no mercado empresas com potenciais para prestar os serviços desta contratação, uma vez que as rotinas gerais para sua execução são relativamente simples, porém existe a necessidade de formação e de especialização por parte dos profissionais das empresas com experiência nas atividades.

5.3. No caso dos serviços demandados nesse estudo, não se vislumbram outras soluções de mercado afora a terceirização para a prestação indireta dos serviços, visto que inexistem quadros funcionais típicos no MEC para a execução destes, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração.

5.4. Em consulta ao mercado identificamos as seguintes empresas que atendem aos requisitos especificados:

EMPRESA	CNPJ
Centro de Surdos da Bahia	14.770.606/0001-10
POLYVALENTE SERVIÇOS E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	35.684.012/0001-67
JVP NETWORK E SERVIÇOS	20.599.605/0001-58
ALPHA TERCEIRIZAÇÃO LTDA.	05.456.176/0001-76

5.5. Para complementar a pesquisa feita nas instituições mencionadas acima, foi verificado o endereço eletrônico [dissidio.com.br](https://dissidio.com.br), que dispõe sobre informações a respeito do valor do serviço de intérprete/tradutor de libras praticado atualmente no mercado. Este indicou o salário base disponível no endereço eletrônico: <https://dissidio.com.br/salario/interprete-de-libras/>, pesquisa feita em 12/06/2023.

5.6. As pesquisas realizadas foram executadas de acordo com o que prevê a IN nº 65, de 07 de julho de 2021, a saber:

[...]

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

[...]

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

5.7. Considerando as contratações similares feitas pelos entes da Administração Pública Federal, a média salarial apurada é de R\$ 5.085,31.

Órgão: Universidade Federal do Mato Grosso	Órgão: UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	Instituto Federal de Brasília - IFB
Empresas: Frac Serviços	Empresa: IDEC SAÚDE	Empresa: PROVER
PREGÃO: 04/2023	PREGÃO: 3/2023	CNPJ: 13.629.699/0001-03
Valor Unit.	Valor Unit.	Valor Unit.
5.260,80	4.384,00	5.611,12

5.8. Em análise realizada com fornecedores, conforme documento (SEI 4044491), no sentido de verificar o valor médio dos salários de Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa praticados, para comparação ao apurado nas pesquisas retrocitadas. Como resultado, verificou-se que o salário médio gira em torno de R\$ 5.278,19/mês (cinco mil e duzentos e setenta e oito reais e dezenove centavos).

5.9. Acrescente-se que a remuneração percebida pelo profissional reflete diretamente na eficiência e produtividade, podendo ocasionar indesejável rotatividade de mão de obra, o que não é desejável neste tipo de contratação. Além disso, busca-se afastar o risco de seleção de trabalhadores com falta de capacitação exigida e necessária para execução dos serviços contratados, uma vez que estes serão prestados às autoridades do MEC.

5.10. Nesse contexto, a equipe de planejamento da contratação sugere, portanto, que o piso salarial mínimo seja de R\$ 5.181,75 (cinco mil, cento e oitenta e um reais e setenta e cinco centavos), de modo a garantir o cumprimento das exigências acima recomendadas.

5.11. Demais informações sobre a pesquisa de mercado, estão pormenorizadas na na Nota Técnica 36 (SEI 4084219).

#### 6. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Para a prestação dos serviços de Tradutores/Intérpretes de Libras/Português no âmbito do Ministério da Educação serão exigidas as seguintes características dos profissionais:

6.1.1. **Perfil:** Tradutor/intérprete de Libras - 10 (dez) profissionais, certificado em:

a) **Certificado de Curso Superior em Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras- Língua Portuguesa, realizado em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) e experiência comprovada de no mínimo 3 (três) anos como TILSP (Tradutor Intérprete de Libras/ Língua Portuguesa) no contexto educacional;**

b) **Certificado de Curso Superior em Pedagogia, Letras ou em áreas afins, realizado em instituição reconhecida pelo Ministério da**

**Educação (MEC) com Certificado de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/ Língua Portuguesa/Libras- Nível Superior (PROLIBRAS- Exame vitalício nacional realizado pelo MEC) e experiência comprovada de, no mínimo 3 (três) anos, como TILSP (Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa) no contexto educacional;**

**c) Diplomado em outras áreas de conhecimento, desde que possua diploma de cursos de extensão, de formação continuada ou de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, e que tenha sido aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras – Língua Portuguesa e experiência comprovada de, no mínimo 3 (três) anos como TILSP (Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa) no contexto educacional;**

6.1.2. **Experiência:** prática comprovada de, no mínimo, 3 anos.

6.1.3. **Competências necessárias:** ter proficiência e competência na tradução/interpretação de Libras para Português (voz), ter proficiência e competência na tradução/interpretação de Português para Libras, ter idoneidade moral e conduta ilibada como tradutor/intérprete de Libras.

6.1.4. **Atribuições:** Executar a interpretação entre a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa, prevista no item (4.3), bem como atuar: nos cursos de formação, reuniões, audiências públicas, seminários, conferências, *workshops*, cursos, palestras, discursos, programas, filmagem de materiais didáticos digitais em Libras, gravação de vídeos para Libras, bem como outras atividades e projetos institucionais, quando solicitados, prioritariamente, para atender aos profissionais surdos supracitados e para atender à Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos em atividades internas e externas do Ministério da Educação, viabilizando o acesso de pessoas surdas e ouvintes nas relações interpessoais em espaços que, decorrente da barreira comunicacional, necessite da mediação desse profissional entre surdo e ouvinte, surdo e surdo, surdo e surdocego, surdocego e ouvinte.

6.2. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) nº 2614-25 Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais e demais disposições contidas neste documento.

6.3. O contrato deverá ter cláusula que contemple o acompanhamento dos tradutores/intérpretes de Libras em viagens (nacionais), em acompanhamento dos Servidores Surdos do MEC.

6.4. Salienta-se que todos os candidatos passarão por banca avaliativa prática de tradução e interpretação em Libras-Português (e vice-versa) composta por representantes da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos deste Ministério da Educação.

6.5. A conduta ética dos intérpretes será pautada pelos preceitos da confidencialidade, competência Tradutória, respeito aos envolvidos na profissão e compromisso pelo desenvolvimento profissional, baseando-se no Código de Conduta Ética da (FEBRAPILS) e na Lei nº 12.319/2010, que regulamenta a profissão de tradutor/ intérprete da Língua Brasileira de Sinais.

6.6. **O profissional tradutor/intérprete de Libras atuará como mediador linguístico do servidor surdo dentro ou fora do órgão, a fim de minimizar as barreiras de língua e estabelecer um ambiente de trabalho mais produtivo e acolhedor.**

6.7. Das reposições e/ou substituições de profissionais sem prejuízo à qualidade, os profissionais diretamente envolvidos na prestação dos serviços poderão ser substituídos a qualquer tempo pela CONTRATADA, desde que os substitutos atendam aos requisitos estabelecidos no TERMO DE REFERÊNCIA no item 6, assim como, caso considere que profissionais da CONTRATADA diretamente envolvidos na execução dos serviços contratados não estejam apresentando desempenho técnico adequado ou mantenham comportamento profissional inadequado, o CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar sua substituição - sem prejuízo da execução de prazos dos serviços pela CONTRATADA ou da adoção de outras medidas de gestão contratual, quando for o caso.

6.8. Nos casos de reposições/substituições inesperadas por conta de desligamento definitivo ou licença do profissional ou àquelas solicitadas motivadamente pelo CONTRATANTE, no decorrer da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá repor o profissional em até (1) dia corrido, sendo de sua responsabilidade a transmissão de conhecimento dos serviços.

6.9. Caso não haja reposição do profissional dentro dos prazos estipulados a CONTRATADA poderá ser submetida às sanções contratuais previstas.

6.10. A empresa contratada deverá atender a legislação que rege a profissão de tradutor-intérprete de LIBRAS, e as normas que atendam a saúde ocupacional desses empregados.

6.11. **Do horário de funcionamento:**

6.11.1. Os serviços deverão ser realizados de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 8h às 20h, podendo ser alterado conforme necessidade do MEC, respeitados os limites legais.

6.11.2. O setor de trabalho terá jornada diária de 6 horas de segunda a sexta-feira, perfazendo a jornada semanal de trabalho de 30 (trinta) horas e aos sábados quando demandados, conforme a determina o artigo 8º da Lei nº 12.319/2010, em escala de turnos definida pela Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos — DIPEBS da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão — SECADI, observadas as necessidades do trabalho. Os profissionais poderão, quando necessário, realizar serviços extraordinários, os quais não deverão ultrapassar 2 (duas) horas diárias de segunda-feira a sexta-feira.

6.11.3. As horas previstas na legislação para prestação aos fins de semana ou feriados deverão ser suprimidas e distribuídas de segunda a sexta-feira, observadas as necessidades do CONTRATANTE e o acordo firmado individualmente entre o profissional e a CONTRATADA, que deverá ser entregue ao CONTRATANTE no mesmo dia em que o profissional iniciar as atividades contratadas.

6.11.4. A CONTRATADA deve controlar e informar ao gestor do Contrato, mês a mês, a ocorrência de horas extraordinárias, sendo que as horas suplementares devem ser autorizadas, previamente, pelo CONTRATANTE, inclusive as que são prestadas com o fim de atender à necessidade inadiável do serviço, e, neste caso, devem estar acompanhadas das devidas justificativas.

6.11.5. As horas extraordinárias, acumuladas em banco de horas, inclusive as realizadas durante viagens, bem como aquelas que a CONTRATANTE solicitar à CONTRATADA para atender à necessidade do serviço, deverão ser compensadas com a respectiva diminuição na jornada, no período de 60 (sessenta) dias seguintes ao período de apuração, de acordo a necessidade do serviço, atividades do setor e anuência da chefia imediata.

6.11.6. A execução dos serviços fora das dependências do MEC é necessária, tendo em vista a realização de solenidades, eventos e

reuniões em outros locais da cidade e dos estados da federação.

**6.12. Do cálculo do número de horas trabalhadas:**

- 6.12.1. Para cálculo do valor da hora de cada profissional, deverá ser considerado o custo anual dividido pelo número de horas úteis anuais.
- 6.12.2. O efetivo valor unitário da hora de trabalho será calculado por ocasião da celebração do Contrato, considerando o total de horas úteis apuradas para os 12 (doze) meses de vigência contratual, contadas a partir da assinatura do Contrato.
- 6.12.3. Serão descontados do cálculo os feriados nacionais que coincidirem com os dias úteis, ou seja, que caírem de segunda a sexta-feira.

**6.13. Das viagens e horas extraordinárias:**

6.13.1. A CONTRATANTE informará à CONTRATADA, preferencialmente, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, os dias, os destinos e os profissionais que serão destacados para viajarem a serviço.

6.13.1.1. Ocorrendo uma excepcionalidade, isto é, alguma situação emergencial, esse prazo poderá ser com pelo menos 12 (doze) horas de antecedência.

6.13.1.2. Devido a especificidade do serviço, algumas solicitações poderão ser feitas fora do horário comercial, portanto, a empresa contratada deverá proporcionar suporte (plantão) quando houver necessidade, sem nenhum custo adicional, para o gerenciamento de pessoal local e que esteja trabalhando remotamente.

6.13.2. A CONTRATADA efetuará a pesquisa de preços das passagens e enviará relatório para a CONTRATANTE, contendo todas as tarifas disponíveis na data do embarque, e obrigando-se a sempre buscar a menor tarifa disponível (voos diretos) para a data de viagem escolhida e para o local mais próximo ao da realização do evento.

6.13.3. As solicitações das viagens serão formalizadas pela CONTRATANTE por e-mail, ou por outro meio pelo qual seja dada ciência à CONTRATADA.

6.13.4. Todo deslocamento vinculado às ações relacionadas à execução contratual deverá estar previsto em Ordem de Serviço/Requisição de Viagem, juntamente com a pesquisa de preços contendo todas as tarifas disponíveis na data do embarque e devidamente aprovado pelo gestor do contrato.

6.13.5. A escolha das passagens aéreas deverá ser realizada considerando o horário e o período da participação do profissional no evento, o tempo de traslado e a otimização do trabalho, visando garantir condição laborativa produtiva, preferencialmente, utilizando os seguintes parâmetros:

- a) a escolha da tarifa deve privilegiar o menor preço;
- b) a escolha do voo deve recair prioritariamente em percursos de menor duração, evitando-se, sempre que possível, trechos com escalas e conexões;
- c) os horários de partida e de chegada do voo devem estar compreendidos no período entre 7h e 21h, salvo a inexistência de voos que atendam a estes horários;
- d) deve-se priorizar o horário de chegada do voo que anteceda em no mínimo 3h o início previsto dos trabalhos, evento ou missão.

6.13.6. Para autorização das despesas, na Ordem de Serviço/Requisição de Viagem deverão constar as seguintes informações:

- a) Nome do profissional;
- b) Finalidade da viagem;
- c) Datas de início e do término da viagem; e
- d) Trechos aeroportuários ou outros meios de transporte, que não o aéreo.

6.13.7. Para as passagens aéreas, fica definida a utilização de classe econômica para qualquer profissional nos trechos nacionais.

6.13.8. Nos deslocamentos excepcionais por intermédio de outros meios de transporte, que não o aéreo, o CONTRATANTE poderá aprovar a locomoção com base na apresentação, pela contratada, de orçamentos prévios e prestação de contas em regras similares às das passagens aéreas.

6.13.9. A execução de qualquer produto, serviço ou despesa que envolva o desembolso de recursos deverá ser prévia e expressamente autorizada pelo CONTRATANTE.

6.13.10. As despesas, decorrentes do exposto no item 6.12, quando realizadas, serão reembolsadas pelo CONTRATANTE, na forma estabelecida no Contrato, mediante a apresentação de Planilha de Custos, com cópia dos bilhetes aéreos e comprovantes das despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana.

6.13.11. Quando houver necessidade de pernoite, devido a viagem, o período de descanso, em que o funcionário não estará mais prestando serviços, não será considerado como tempo à disposição do contratante, portanto, não deve ser considerado como jornada extraordinária, pois não serão consideradas as horas de descanso do empregado.

6.13.11.1. Esse item diz respeito ao que é informado na legislação trabalhista, que prevê que o empregado tem direito ao descanso semanal remunerado, mas não estabelece onde (local) o descanso deve ocorrer, o que se subentende que ainda que o empregado usufrua seu descanso semanal em local diverso daquele onde mantém sua residência, não sugere o entendimento de que ele está à disposição do empregador/contratante.

6.13.11.2. Sendo assim, não serão computados como hora extra, mesmo que em viagem, o período de descanso entre dois dias de trabalho. Apenas as horas trabalhadas de fato.

**6.14. Previsão de quantidade de diárias:**

6.14.1. A quantidade de diárias deverá ser reembolsada conforme a previsão descrita na Ordem de Serviço/Requisição de Viagem:

6.14.1.1. Caso a empresa CONTRATADA avaliar pertinente, a empresa poderá fazer pagamento adiantado, mas o reembolso só será

efetivado conforme a apresentação de planilha de custos e comprovantes de pagamentos apresentados.

6.14.2. O profissional fará jus somente à metade do valor das diárias, nos seguintes casos:

- a) quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede;
- b) no dia de retorno à sede de serviço;
- c) quando for fornecido alojamento ou outra forma de hospedagem.

6.14.3. O MEC reembolsará à CONTRATADA as despesas com hospedagem, alimentação e locomoção urbana (táxi, metrô, ônibus entre outros) havidas pelos profissionais destacados para viagem a serviço, desde que devidamente comprovadas.

6.14.4. Será reembolsado adicionalmente, até o limite estabelecido pelo Decreto 5.992/2006, Anexo II (e suas alterações posteriores), o adicional de deslocamento no valor de R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) por localidade de destino, nos deslocamentos dentro do território nacional para a cobertura dos gastos comprovados com deslocamento entre o aeroporto/rodoviária e local de embarque/desembarque e vice-versa.

6.14.5. O reembolso do total das despesas deverá observar os limites máximos previstos para reembolso de tais despesas diárias e não poderá superar os valores utilizados pelo Poder Executivo Federal para os servidores ocupantes dos demais cargos, empregos e funções; nem os custos das passagens superar o que seria cobrado para o mesmo trecho/horário pela empresa contratada do MEC para fornecer passagens aos seus servidores.

6.14.6. A base será os valores constates da letra “d” do Anexo I, Tabela “Valor da Indenização de Diárias aos servidores públicos federais, no País”, que são para os demais aos cargos, empregos e funções públicas, do Decreto 5.992/2006, alterado pelo Decreto 11.117/2022, ou alterações posteriores, que venham a substituir, total ou parcial, a legislação atual, e abaixo transcritos:

- a) R\$ 381,14 (trezentos e oitenta e um reais e quatorze centavos) por dia de afastamento para deslocamentos para Manaus, São Paulo e Rio de Janeiro, caso seja necessário o pernoite do profissional fora de sede;
- b) R\$ 341,02 (trezentos e quarenta e um reais e dois centavos) por dia de afastamento para deslocamentos para outras capitais de Estados, caso seja necessário o pernoite do profissional fora da sede;
- c) R\$ 300,90 (trezentos reais e noventa centavos) por dia de afastamento para demais deslocamentos, caso seja necessário o pernoite do profissional fora da sede;
- d) Caso não seja necessário o pernoite do profissional fora da sede, o valor máximo de reembolso, será a metade dos valores apresentados acima, de acordo com a localidade e comprovações apresentadas;
- e) Os valores que excederem os gastos diários fixados pela Administração não serão reembolsados pela Contratante.

6.14.7. O relatório de viagem deverá ser apresentado em português, com a caracterização de “reembolso”, com valores em reais, devidamente assinada pelo representante da empresa.

6.14.8. É condição indispensável para efetuar o reembolso dos custos com as viagens que a CONTRATADA seja autorizada pela CONTRATANTE, após ter sido notificada por esta, e desde que o requerimento seja acompanhado dos seguintes documentos obrigatórios:

- a) Pesquisa de preço que demonstre que o valor pago era o menor possível dentre aqueles ofertados por, no mínimo, duas companhias aéreas, dentre os horários disponíveis que poderiam atender à RV (Requisição de Viagem);
- b) Comprovante de pagamento dos bilhetes de passagens ou documento congênere de menor preço;
- c) Comprovantes de embarque (ida e volta) utilizado na viagem, de todos os empregados envolvidos;
- d) Comprovante do pagamento da hospedagem, alimentação e locomoção (caso haja); e
- e) Comprovante do pagamento da diária.

6.14.9. O bilhete de passagem deverá ser adquirido, sempre que possível, na tarifa mais vantajosa para voos direto ao destino e local mais próximo ao da realização do evento, cabendo à CONTRATADA apresentar comprovação.

6.14.10. As despesas de viagens serão reembolsadas separadamente da fatura mensal de serviços prestados.

6.14.11. O valor anual estimado para cobrir despesas de diárias (para hospedagem e alimentação) de um funcionário foi estimado com base em 4 (quatro) diárias mensais, cujo valor estimado obtido ficou em R\$ 8.184,48 (oito mil cento e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) por funcionário, sendo assim, o valor para dois funcionários fica estimado em R\$ 16.368,96 (dezesesseis mil e trezentos e sessenta e oito reais e noventa e seis centavos). Podendo este valor ter uma utilização menor ou maior ao longo do ano. Essa estimativa foi feita com base num planejamento de possíveis eventos oficiais que poderão ocorrer ao longo de um exercício e necessitarão da execução dos serviços aqui demandados, pois não há histórico de contratações anteriores desse serviço que podem contribuir para uma previsão mais próxima da realidade.

Diária como base máxima de ressarcimento (A)	Média Mensal 2022 (2 x A)	Valor por funcionário
R\$ 300,90	R\$ 2.031,08	
R\$ 341,02	R\$ 2.301,89	
R\$ 381,14	R\$ 2.572,70	

Diária como base máxima de ressarcimento (A)	Média Mensal 2022 (2 x A)	Valor por funcionário
Média mensal somando os valores máximos das 3 bases ((Somatório de D)/3)		R\$ 682,04
Média anual (estimativa)		R\$ 8.184,48

6.14.12. Em relação as passagens aéreas, como também não há um histórico para usar como base para a nova contratação, mas baseando-se no planejamento e possíveis eventos oficiais que poderão ocorrer ao longo de um exercício e necessitarão da execução dos serviços aqui demandados, chegou-se ao valor mensal com base na pesquisa feita em site especializado de venda de passagens, saindo de Brasília para cada uma das capitais brasileiras, conforme consta abaixo:

Cidade de Origem	Cidade de Destino	Valor de passagens
Brasília	Acre	R\$ 2.707,00
Brasília	Alagoas	R\$ 1.661,00
Brasília	Amapá	R\$ 1.617,00
Brasília	Amazonas	R\$ 1.980,00
Brasília	Bahia	R\$ 1.419,00
Brasília	Ceará	R\$ 1.098,00
Brasília	Espírito Santo	R\$ 616,00
Brasília	Goiás	R\$ 1.309,00
Brasília	Maranhão	R\$ 1.851,00
Brasília	Mato Grosso	R\$ 1.786,00
Brasília	Mato Grosso do Sul	R\$ 1.592,00
Brasília	Minas Gerais	R\$ 2.811,00
Brasília	Pará	R\$ 2.027,00
Brasília	Paraíba	R\$ 2.220,00
Brasília	Paraná	R\$ 1.008,00
Brasília	Pernambuco	R\$ 1.502,00
Brasília	Piauí	R\$ 1.645,00
Brasília	Rio de Janeiro	R\$ 1.039,00
Brasília	Rio Grande do Norte	R\$ 770,00
Brasília	Rio Grande do Sul	R\$ 1.287,00
Brasília	Rondônia	R\$ 2.500,00
Brasília	Roraima	R\$ 1.988,00
Brasília	Santa Catarina	R\$ 1.549,00
Brasília	São Paulo	R\$ 1.691,00
Brasília	Sergipe	R\$ 1.128,00
Brasília	Tocantins	R\$ 368,00
Valor total		R\$ 41.169,00
Média do valor da passagem (A)		R\$ 1.583,42
Total passagem ida e volta (2 x A)/funcionário		R\$ 3.166,85

6.14.13. Dessa forma, como informado pela área demandante uma previsão de aproximadamente 10 viagens para 2023, o equivalente à 1,2 viagens por mês, (10/12=1,2), isso quer dizer que o valor mensal estimado com despesas de passagens (ida e volta) por mês ficará aproximadamente em R\$ 3.800,22 (três mil e oitocentos reais e vinte e dois centavos), que multiplicado por 12 meses, estima-se que o valor anual a ser utilizado será próximo de em R\$ 45.602,64 (quarenta e cinco mil e seiscentos e dois reais e quarenta e sessenta e quatro centavos) por funcionário. O valor anual por posto, que tem dois funcionários, é de R\$ 91.205,28 (noventa e um mil e duzentos e cinco reais e vinte e oito centavos). Podendo este valor variar para cima ou para baixo.

6.14.14. Sendo assim, sugere-se que seja previsto o valor de R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais) para cobrir possíveis despesas com passagens aéreas, que serão despendidos somente se houver necessidade



6.15. Fica a CONTRATADA com a obrigação de prover todas as condições indispensáveis à realização das viagens pelos profissionais contratados.

6.16. **Do Uniforme:**

6.16.1. Deverão ser fornecidos aos colaboradores uniformes completos a cada 6 (seis) meses, na cor preta, em quantidade e qualidade necessárias ao desempenho das atividades.

6.16.2. As peças do uniforme deverão ser adequadas ao tipo de traje social, devendo ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, durável e que não desbote e não amasse facilmente, compatível com o clima de Brasília, de modo que os colaboradores se apresentem adequadamente trajados nas dependências da CONTRATANTE, considerando-se a natureza das atividades desenvolvidas, devendo, ainda, estarem adequados e confortáveis para o desempenho de suas atividades, consideradas as disposições apresentadas no quadro abaixo:

Uniforme para os Profissionais Tradutores/Intérpretes de Libras - 10 colaboradores			
Item	Especificações	Unid.	Por Semestre
Feminino/Masculino			
1	Blazer tradicional cor preto, tecido TWO WAY (composto de poliéster e elastano)	Unid.	2
2	Calça social/Saia, cor preto, tecido TWO WAY (composto de poliéster e elastano)	Unid.	2
3	Blusa social, cor preta, manga longa em tecido microfibra com 3% de elastano.	Unid.	5
4	Sapato 100% couro, tipo social, cor preto, fechado, com palmilha, confortável.	Par	1
5	Meia calça fio 15. Meia social de algodão, cor preto.	Unid.	2
6	Cinto social, 100% couro, cor preto, de boa qualidade.	Unid.	1
7	Lenço, confeccionado em tecido de seda ou poliéster de alta qualidade. Gravata semi lisa 960 fios, preto.	Unid.	1

6.16.3. Os sapatos deverão oferecer conforto aos empregados e dificultar a proliferação de bactérias pelo suor.

6.16.4. Os Blazers e as calças deverão apresentar a mesma qualidade, cor e tecido, bem como etiqueta de composição e instrução de lavagem conforme determinação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia INMETRO.

6.16.5. Cabe ressaltar que no caso de empregada gestante os uniformes deverão ser apropriados para a situação, devendo ser substituídos pela contratada sempre que necessário.

6.16.6. A CONTRATADA, a qualquer tempo, deverá substituir peça do uniforme que não atenda às condições mínimas de apresentação.

6.16.7. Os conjuntos completos deverão ser entregues ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 1 (uma) hora, após comunicação escrita da CONTRATANTE, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação

6.16.7.1. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

6.16.8. A qualquer tempo será feita revisão das condições dos uniformes e, se necessário, solicitada a substituição deles.

6.16.9. Todos os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação do CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA submeter amostra do modelo, cor e qualidade do material para aprovação, resguardando-se ao CONTRATANTE o direito de exigir a substituição daqueles julgados inferiores às especificações.

6.16.10. O custo com uniformes não poderá ser repassado aos profissionais, assim como não poderá ser exigido o uniforme usado quando da entrega dos novos, bem como no término do Contrato.

6.17. Uma vez que a categoria Tradutor/Intérprete de Libras não possui CCT, sugere-se considerar para repactuação do contrato, em caso de prorrogação, a CCT ao qual a proposta estiver vinculada, aceita na licitação e para os custos sujeitos à variação dos preços de mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

7. **DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

7.1. A justificativa acerca da quantidade de profissionais tradutores/intérpretes de Libras, consta no documento de formalização da demanda (SEI 3946450) encaminhado pela área demandante que informa a existência de 3 (três) servidores atuando em cargos de chefia, na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão e que necessitam desse serviço. Destaque-se, ainda, que conforme legislações mencionadas no tópico descrição da necessidade deste documento, o serviço de interprete/tradutor, por suas especificidades, precisa ser desempenhado em dupla de acordo com a Lei nº 12.319/2010.

7.2. Estimativa dos serviços a serem contratados estão descritos conforme a seguir:

Número do item	Sector Requisitante	Serviços	Unidade de Medida	Total de Colaboradores
1	SECADI	Profissionais Tradutores/Intérpretes de Libras	Unidade	10

7.3. Destacamos que a equipe necessita de 10 (dez) profissionais Tradutores e Intérpretes de Libras, sendo 4 intérpretes lotados no período da manhã das 8h até 14h e outros 6 intérpretes no período da tarde das 13h até 19h. Vale ressaltar que a presente organização das atividades laborais dos profissionais intérpretes tem como objetivo cumprir o que determina a Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023 que altera a Lei nº 12.319, de 1º

de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras):

Art. 8º-A. A duração do trabalho dos profissionais de que trata esta Lei será de 6 (seis) horas diárias ou de 30 (trinta) horas semanais. [\(Incluído pela Lei nº 14.704, de 2023\)](#)

Parágrafo único. O trabalho de tradução e interpretação superior a 1 (uma) hora de duração deverá ser realizado em regime de revezamento, com no mínimo, 2 (dois) profissionais. [\(Incluído pela Lei nº 14.704, de 2023\)](#)

7.4. Segundo FEBRAPILS (2017) "*os membros da equipe alternam-se nas funções durante o ato interpretativo, isto é, enquanto um está no turno da interpretação, o outro está na função de intérprete de apoio se mobilizando para oferecer suporte ao colega*" (FEBRAPILS, 2017, p. 2).

7.5. Importante salientar, que a ausência do apoio de membros equipe de intérpretes causa fadiga física/mental no profissional intérprete que está atuando sozinho afetando na qualidade da informação durante a interpretação. De acordo com a nota técnica da FEBRAPILS que "*a exaustão física/cognitiva causa inadequação nas escolhas lexicais, no fluxo tradutório/interpretativo. "Essa troca é fundamental para garantir permanentemente um nível elevado na qualidade da produção na língua-alvo"*" (MARCER, KUNZIL E KORAC 1998 apud FEBRAPILS, 2017, p. 2).

7.6. A quantidade do serviço, de 10 (dez) profissionais tradutores e intérpretes de Libras, deverá ser suficiente para atender as atividades de servidores surdos que foram indicados para assumirem cargos na Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (DIPEDS) da SECADI/MEC, no desempenho de suas atividades diárias, de no mínimo 8h diárias, podendo se estender, na mediação com sua equipe de trabalho e em reuniões, internas e externas, e durante viagens a serviço no território nacional, bem como as necessidades de mediações e reuniões no Gabinete da Secretaria, no Gabinete do Ministro e para disponibilidade nos acessos ao MEC. **Vale ressaltar que cada servidor(a) tem demandas separadas em momentos e localizações distintas.**

#### 8. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa de preços e o valor máximo que o MEC se propõe a pagar para os serviços a serem contratados é de **R\$ 1.962.273,36 (um milhão, novecentos e sessenta e dois mil duzentos e setenta e três reais e trinta e seis centavos)**, com os valores unitários descritos nas tabelas abaixo:

GRUPO ÚNICO	ITEM	CATEGORIA	CBO	UNIDADE	QTD Mensal	Valor Unitário Estimado/funcionário	Valor Mensal	Valor Anual Total
1	1	Tradutor/Intérprete de Libras	2614-25	UNIDADE	10	12.766,47	127.664,70	1.531.976,40
	2	Reembolso de Estimativas de Diárias		UNIDADE	8	682,04	5.456,32	65.475,84
	3	Reembolso de Estimativa Passagens aéreas		UNIDADE	8	3.800,22	30.401,76	364.821,12
VALOR TOTAL							<b>163.522,78</b>	<b>1.962.273,36</b>

8.2. Para a promoção da isonomia na elaboração e julgamento das propostas apresentadas e considerando as pesquisas realizadas pelo MEC, de valores de mercado, para formulação da estimativa de custos do objeto, as licitantes, independentemente do sindicato ao qual estejam vinculadas, devem garantir que os valores mínimos dos Tradutores/Intérpretes de Libras sejam iguais ou superiores ao salário base de **R\$ 5.181,75 (cinco mil cento e oitenta e um reais e setenta e cinco centavos)**.

#### UNIFORMES

Item	Discriminação	Unidade	Quantidade	Valor Mensal	Valor Anual
1	Blazer tradicional cor preto, tecido (composto de poliéster e elastano)	Unidade	4	69,75	279,00
2	Calça social/Saia, cor preto, tecido (composto de poliéster e elastano)	Unidade	4	46,33	185,32
3	Blusa social, cor preta, manga longa em tecido microfibra com 3% de elastano.	Unidade	10	31,37	313,70
4	Sapato 100% couro, tipo social, cor preto, fechado, com palmilha, confortável.	Unidade	2	51,48	102,96
5	Meia calça fio 15. Meia social de algodão, cor preto.	Unidade	4	10,03	40,12
6	Cinto social, 100% couro, cor preto, de boa qualidade.	Unidade	2	19,67	39,34
7	Lenço, confeccionado em tecido de seda ou poliéster de alta qualidade. Gravata semi lisa 960 fios, preto.	Unidade	2	13,33	26,66
Valor Total Anual Por Funcionário				<b>987,10</b>	
Valor Mensal Por Funcionário				<b>82,26</b>	

#### 9. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. A licitação é indivisível por ser apenas um item.

#### 10. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não se aplica.

#### 11. DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. A contratação está prevista no Plano de Contratação Anual do exercício de 2023, item 107 (SEI 4044429).

**12. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

- 12.1. A contratação da empresa especializada destina-se à garantia de acessibilidade e condições de trabalho aos servidores surdos que atuam neste Ministério, de modo a mediar e promover a comunicação e a informação em atividades de interesse do Ministério da Educação.
- 12.2. Dessa forma, atender uma das missões do MEC de forma eficiente, eficaz, efetivo, pois ao levar informação a toda a sociedade de forma acessível, há um atendimento aos interesses públicos, inclusive no que diz respeito a educação.

**13. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

- 13.1. Pelas características do serviço, não será necessária adequação do ambiente organizacional.

**14. DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

- 14.1. Observando os requisitos do item 4, considera-se que os possíveis impactos ambientais serão minimizados pelo que consta neste item ou serão pouco significativos.
- 14.2. Além disso, a contratação de pessoal poderá ser local, ampliando as oportunidades de empregabilidade e melhorando a economia local.

**15. DA DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 15.1. Diante dos estudos realizados para a contratação em tela e por se tratar de uma contratação para um serviço comum, em atendimento às exigências legais, com a finalidade de oferecer condições adequadas de acessibilidade comunicacional às pessoas surdas, com a devida previsão orçamentária para o exercício atual e para o seguinte, não se vislumbra entraves que possa prejudicar a sua viabilidade.
- 15.2. O presente documento segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação - EPC, formalizada por intermédio do Despacho nº 414/2023 (SEI 3967676).
- 15.3. Declaramos pela responsabilidade da elaboração deste Estudo Técnico Preliminar.

Mariana de Lima Isaac Leandro Campos, Matrícula Siae nº 1724362 - Integrante requisitante;

Marisa Dias Lima, Matrícula Siae nº 1065696 - integrante técnico; e

Lidiane Sousa Ramalho, Matrícula Siae nº 1549304 - integrante administrativo.

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, pelos seus próprios fundamentos e pela necessidade dos serviços.

FALK SOARES RAMOS MOREIRA

Diretor de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão



Documento assinado eletronicamente por **Mariana de Lima Isaac Leandro Campos, Coordenador(a)-Geral**, em 08/02/2024, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Sousa Ramalho, Servidor(a)**, em 08/02/2024, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Falk Soares Ramos Moreira, Diretor(a)**, em 08/02/2024, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4573405** e o código CRC **54ED9056**.